

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

REPASSES OU TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS

Mês	Órgão/Poder repassador do recurso	Número/ano do convênio/termo/ajuste	Objeto	Valor total do convênio	Valores já repassados	Data do repasse	Início da vigência	Término da vigência
Janeiro/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Março/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Abril/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Maio/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Junho/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-
Julho/2025	Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos.	-	-	-	-	-	-	-

Publicação: 20/08/2025

De acordo com o que determina o art. 8º da lei nº 12.527/2011



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

REPASSES OU TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS

Mês	Órgão receptor do recurso	Número/ano do convênio/termo/ajuste	Objeto	Valor total do convênio	Valores já repassados	Data do repasse	Início da vigência	Término da vigência
Janeiro/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Março/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Abril/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Mai/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Junho/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-
Julho/2025	Não houve Repasse Concedido para o período	-	-	-	-	-	-	-

Publicação:20/08/2025
 De acordo com o que determina o art. 8º da lei nº 12.527/2011